

I Seminário de
Patrimônio Imaterial e Cultura
AFRO-BRASILEIRA

Novembro 2012



I Seminário de
Patrimônio Imaterial e Cultura
AFRO-BRASILEIRA
Novembro 2012

Sumário

6 Apresentação

8 Seminário
de Patrimônio Imaterial

18 Oficinas
de Patrimônio Imaterial

24 Oficinas
de Elaboração do Plano
Estadual de Salvaguarda
da Capoeira

31 Comitê
Gestor Estadual para a
Salvaguarda da Capoeira
no Paraná 2013 - 2014

32 Contribuições
dos Grupos de Trabalho

32 GT1:
Educação

36 GT2:
Identidade
e Diversidade

38 GT3:
Desenvolvimento
Sustentável

40 GT4:
Profissionalização,
Organização Social e
Internacionalização

42 GT5:
Esporte e Lazer

45 Considerações
Finais

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S 612 I Seminário de Patrimônio Imaterial e Cultura Afro-Brasileira (2012 : Curitiba)
Anais do I Seminário de Patrimônio Imaterial e Cultural Afro-Brasileira; Curitiba, 20 a 23 de novembro de 2012 / Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN-PR; Fundação Cultural de Curitiba - Diretoria do Patrimônio Cultural - FCC/DPC. __ Curitiba: IPHAN, 2013.
48 p.

1. Patrimônio Cultural Imaterial. 2. Clubes Sociais Negros.
3. Sociedade 13 de Maio. - Curitiba. 4. Comunidade Quilombolas.
5. Capoeira. 6. Afro-Brasileiros - Religião.

CDD (22.ed.): 363.69

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Elizabeth W. Palhares - CRB 9

Apresentação

Entre os dias 20 a 23 de novembro de 2012, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Paraná e a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) realizaram o *I Seminário de Patrimônio Imaterial e Cultura Afro-brasileira*. O evento reuniu os detentores de saberes tradicionais, pesquisadores, representantes de instituições culturais e de preservação, bem como órgãos públicos que trabalham na interface com o patrimônio cultural, o que possibilitou debater a temática sob diferentes perspectivas e lugares de fala.

As atividades foram organizadas em mesas-redondas, rodas de conversa e oficinas, que se dedicaram a relacionar as noções de patrimônio imaterial e os instrumentos de proteção e salvaguarda, com as questões vinculadas à cultura Quilombola, às Religiões de Matrizes Africanas, aos Clubes Sociais Negros e à Capoeira. Dessa forma, ao mesmo tempo em que foram divulgados os instrumentos, metodologias, programas e ações no campo da salvaguarda de bens de na-

tureza imaterial, foi possível ouvir as demandas das comunidades.

O seminário e as oficinas tiveram, consequentemente, um caráter de encontro, de aglutinação de diversos segmentos da cultura afro-brasileira. Sabemos que muitos não puderam ou quiseram participar – em virtude dos demais eventos que ocorriam durante a semana da consciência negra no Paraná –, o que repõe nossos desafios de garantir e aumentar a participação de todos nesse processo.

Nesta publicação, além de apresentarmos as principais questões levantadas no Seminário, trazemos a síntese das oficinas voltadas às Religiões de Matrizes Africanas e Comunidades Quilombolas, bem como as diretrizes do Plano Estadual de Salvaguarda da Capoeira, elaboradas pelos capoeiristas paranaenses.

O que deixamos aqui são rastros para continuarmos a pensar diretrizes comuns a esses bens culturais, refletindo sobre seus problemas locais em face de um panora-

ma de ações empreendidas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A tentativa, portanto, é de se ampliar o horizonte de expectativas que se delineia na elaboração de políticas públicas para esses fazedores culturais.

Se, por um lado, a parceria entre instituições governamentais é essencial para a implementação de políticas públicas, por outro, é evidente que uma política de preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro só alcançará seus objetivos se for construída de forma colaborativa, isto é, em diálogo com os grupos que de fato guardam nossas referências culturais.

Agradecemos a todos os participantes das oficinas e colaboradores que viabilizaram esse encontro.

Agradecemos especialmente à fotógrafa Socorro Araújo que durante o Seminário e as Oficinas expôs o trabalho “Rugendas – Olhares Viajantes de Ontem e de Hoje”, um convite para pensarmos sobre a representação das identidades negras e manifestações culturais afro-brasileiras através do diálogo entre fragmentos das pinturas de Johann Moritz Rugendas e retratos contemporâneos.

Equipe Organizadora

Fundação Cultural de Curitiba
Superintendência do Iphan/PR





Seminário de Patrimônio Imaterial

Foto: Leandro Mazzetto - Acervo IPHAN

Mesa: “O processo de registro dos Clubes Sociais Negros e as políticas de patrimônio imaterial focadas na cultura afro-brasileira”.

Pesquisadores: Giane Vargas, Thiago Hoshino, Geslline Braga e Otávio Zucon, e mediação da historiadora e consultora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan, Alessandra Lima.

No primeiro dia, foi exibido o documentário *Sob a Estrela de Salomão - A Sociedade 13 de Maio como lugar de construção da memória e identidade negras em Curitiba*, produto resultante da pesquisa sobre a Sociedade 13 de Maio, um Clube Social Negro criado em Curitiba no ano de 1888, e ainda em atividade. Este projeto foi viabilizado pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC), por meio do Edital n.º 024/11 – Identificação e Registro de Patrimônio Imaterial¹, um programa iniciado em 2005 e que já incentivou a realização de 21 projetos na área.

O filme traz narrativas que se deslocam em direção à Sociedade 13 de Maio, um lugar onde memórias e práticas sociais se cruzam, interagem e aprofundam os laços que afirmam a presença e vitalidade das identidades negras em Curitiba. A antropóloga Geslline Braga e o historiador Otávio Zucon, relataram o processo de pesquisa, roteirização e edição do vídeo, expondo as preocupações da equipe em estruturar o filme como um documentário etnográfico vinculado a um discurso de resistência. Uma das questões levan-

tadas pelos realizadores foi a dificuldade em traduzir, para sons e imagens em movimento, o impulso de se pensar o “lugar”, relacionando o espaço à imaterialidade que o constitui.

Thiago Hoshino relatou o processo de pesquisa sobre a Sociedade 13 de Maio, caracterizado metodologicamente pelo tripé historiográfico, iconográfico e antropológico, e que teve como resultados a organização, catalogação e gestão de todo o seu acervo. Na apresentação do projeto *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*², Hoshino aponta como o processo de construção daquele clube se deu na confluência de mediações que reuniram abolicionistas, um grupo de negros paranaenses recém-libertos, operários e integrantes da maçonaria. Tal composição permitiu a sobrevivência da Sociedade 13 de Maio ao longo de mais de um século, realizando, dentre outras atividades, ações de assistência social³ a uma população muitas vezes esquecida e negligenciada pelo Estado. O pesquisador ressaltou ainda que a composição do clube está marcada também pela presença de um grupo negro que tinha acesso às escolas e ao letramento.

De acordo com a pesquisadora Giane Vargas, há 53 Clubes Negros na região sul. Muitos dos clubes já estão mapeados pela

Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros, mas necessitam desse trabalho de preservação de sua memória e da história das casas, estruturação e organização de acervo, guarda de documentos, fotografias e restauro dos edifícios.

Considerando que a noção de patrimônio “supõe invenção, interesse, escolhas que não são nada ingênuas”, marcada por “tradições seletivas”, a pesquisadora argumenta como os Clubes Negros cumprem também um importante papel educativo. Para ela, esses espaços se caracterizam por uma ação “contra-hegemônica”, de resistir ao apagamento e afirmar um patrimônio cultural que historicamente foi relegado, mas que está vivo e que integra a identidade de negros e negras e, de toda a sociedade brasileira.

A discussão sobre as construções identitárias negras na cidade e sua relação com o processo de patrimonialização dos Clubes Sociais Negros foram articuladas por Alessandra Lima, que esclareceu a situação de sobrestado em que se encontra o pedido de reconhecimento dos clubes como patrimônio cultural brasileiro. Isso significa que ainda é necessária a realização de estudos e inventários que deem subsídios para a atuação do Conselho Consultivo do Iphan. A partir disso será possível compreender quantos e quais são esses espaços, e quais os elementos que os unem em termos de produção simbólica.

¹ O Edital de Identificação e Registro do Patrimônio Imaterial concede apoio financeiro para a produção de projetos de pesquisa voltados a identificar, registrar e divulgar os bens culturais de natureza imaterial, em quatro diferentes categorias: saberes ou modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares. Os contemplados devem apresentar uma contrapartida social, como oficinas gratuitas para a comunidade, por exemplo.

² Projeto contemplado no Edital nº. 028/2011 - Pesquisa Urbana, do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC).

³ Ações de assistência social caracterizadas por auxílio médico-hospitalar, financeiro, educativo, social e funeral. Os clubes negros tiveram sua formação alicerçada no princípio da solidariedade e, assim promoviam ajuda mútua a ex-escravos. Por meio das contribuições voluntárias dos associados, os clubes garantiam o mínimo de assistência e segurança às famílias. Disponível em <http://www.afropress.com.br>. Acesso em 25/03/2013.



Foto: Socorro Araújo

Mesa: “Conceitos, experiências e demandas na área do patrimônio imaterial: Comunidades Quilombolas e Religiões de Matrizes Africanas no Paraná”.

Com Isabela dos Santos da Cruz (representante da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná); Márcio Marins (representante do Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana); Jurandir de Souza (antropólogo do Museu Paranaense) e Alessandra Lima (historiadora e consultora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan).

Dia 21 de novembro

A partir de uma breve apresentação sobre os conceitos e instrumentos relativos às políticas federais voltadas ao patrimônio imaterial, Alessandra Lima teceu considerações sobre os problemas enfrentados pelo Iphan na construção das diretrizes que orientam as ações de patrimonialização referentes à cultura afro-brasileira. Ela também levantou um histórico institucional marcado pela ausência de tombamentos dos bens edificados de matriz cultural africana.

O primeiro Terreiro de Candomblé tombado pelo Iphan, em 1984, foi o da Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador. Muitos outros pedidos de tombamento feitos há mais de 20 anos não tiveram um parecer conclusivo até o momento. Assim, ela indica como as questões relativas ao patrimônio material também estariam diretamente ligadas ao reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira pelo Estado.

Por sua vez, Isabela dos Santos da Cruz, jovem estudante da comunidade quilombola Paiol de Telha localizada na região dos Campos Gerais, pediu licença a seus ancestrais e fez um relato de sua trajetória. Suas considerações sobre as políticas de patrimônio imaterial se concentraram na representatividade dos detentores e afirmaram que as ações serão realmente efetivas quando as comunidades se integrem e tiverem voz própria no processo, em referência ao lema da Federação Estadual de Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQ-PR): “ninguém fala por nós, porque quilombola tem voz”. Ela saudou todos os participantes do evento e pediu aos quilombolas presentes que se levantassem para receber uma salva de palmas.

Sobre o sentido de ser quilombola no Paraná, Isabela disparou: “sim, nós existimos, nós comemos pinhão, nós tomamos chimarrão, mas somos pretos e pretas”. E concluiu destacando um dos principais problemas quando se pensa a salvaguarda de bens imateriais das comunidades quilombolas: o direito e o acesso à terra.

O desafio de se pensar o território quilombola sem dissociá-lo de sua herança

de Trabalho, articulado pelo Iphan, já iniciou estudos para a elaboração de diretrizes que abordariam o tema, a fim de dar cumprimento ao Art. 216 da Constituição Federal, que estabelece: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Márcio Marins, representante do Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana, relatou a trajetória e o papel do fórum no enfrentamento à intolerância religiosa. Entre os problemas confrontados estão a criminalização de ritos e a invasão de espaços sagrados. Não podemos nos esquecer, por exemplo, que alguns terreiros foram incendiados na região metropolitana de Curitiba. E para Marins, a origem da intolerância religiosa é o preconceito racial. Por isso as ações de reconhecimento de suas práticas são centrais no combate à violência.

Outra demanda foi uma articulação de diferentes órgãos do poder público para tratar das questões relativas às religiões de matrizes africanas. É necessário que se chegue a uma noção e entendimento comuns, pois os praticantes também enfrentam problemas

“sim, nós existimos, nós comemos pinhão, nós tomamos chimarrão, mas somos pretos e pretas.”

cultural e a impossibilidade de se realizar um inventário sem passar pela questão da terra foram pontos recorrentes nas intervenções dos participantes do debate. Alessandra Lima respondeu aos questionamentos esclarecendo que um Grupo

de acesso e uso das matas e florestas, encruzilhadas e outros locais ritualísticos, apesar dos direitos assegurados pela Constituição Federal, conforme os Art. 215 e 216.

Em um contexto em que nem sempre são evidentes as marcas de um processo histórico social discriminatório, o trabalho de identificação e registro cumpre um papel importante na luta por respeito e reconhecimento. Nesse sentido, cabe destacar a cartografia social voltada às religiões de matrizes africanas no Paraná, realizada primeiramente no município de Colombo.

Jurandir de Souza, antropólogo do Museu Paranaense, abordou o projeto “Exposição itinerante: da invisibilidade à cidadania”, que surge após constatação de uma série de fragilidades, a começar pela dificuldade de acesso às comunidades rurais, e invisibilidade desses grupos. A intenção do projeto seria justamente mostrar ao poder público municipal e à população local que as comunidades quilombolas existem e estão presentes em

sua região. O que está em jogo, como afirma Jurandir, é a centralidade da representação política, jurídica e formal.

Após uma breve lembrança de sua experiência no Grupo de Trabalho Clóvis Moura, ele comentou sobre a relevância desta iniciativa, que foi uma das primeiras ações de mapeamento de quilombos no estado do Paraná. Mas alertou que ainda são poucas as informações históricas sobre essas comunidades e que há muita coisa a se fazer para mudar esse quadro. E finalizou sua intervenção no seminário enumerando algumas referências encontradas em diferentes comunidades que podem ser reconhecidas como patrimônio cultural quilombola no Paraná, tais como as casas de farinha, igrejas, rituais e celebrações.

Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares

Para fins de definição conceitual de comunidades remanescentes de quilombo utiliza-se o decreto n. 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas. Segundo o referido decreto, são remanescentes de quilombo:

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola pelo Estado parte primeiramente da autodenominação da

comunidade. E sua oficialização ocorre por meio da sua inscrição no Cadastro Geral da Fundação Cultural Palmares – FCP que emite certificação. Atualmente foram emitidas 1698 certidões. Entretanto, esses dados são imprecisos, visto que em alguns casos ocorreram certificações coletivas de comunidades situadas no mesmo município. A estimativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), é de que o número possa chegar a aproximadamente 5 mil comunidades.

No Paraná, por exemplo, segundo o Cadastro Geral da FCP constam a emissão de 34 certificações de comunidades quilombolas. E o levantamento realizado no período de 2005-2010 pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, vinculado ao governo

estadual, indicava a existência de 36 comunidades distribuídas em 06 Mesorregiões, além de 20 comunidades negras que não são reconhecidas como quilombolas e indicativo de mais 32 comunidades não visitadas ou localizadas.

Os procedimentos de titulação das terras quilombolas são de atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e atualmente o órgão estadual responsável por fomentar políticas públicas para as comunidades quilombolas paranaenses é a Secretaria de Relações com as Comunidades – SERC. Até o momento nenhum dos quilombos paranaenses possuem títulos de suas terras emitidos pelo INCRA através dos procedimentos relativos ao processo de regularização fundiário quilombola.

Foto: Fernando Augusto - Acervo Casa da Memória/FCC



Comunidade Remanescente de Quilombo com Certificação			
Municípios / Comarca	Comunidades (sede / núcleo)	Fam.	Hab.
ADRIANÓPOLIS	01. João Surá	24	88
	a) Poço Grande	5	26
	b) Guaracuí	12	35
	02. Praia do Peixe	6	23
	03. Porto Velho	15	66
	04. Sete Barras	18	73
	05. Córrego das Moças	14	49
	a) Córrego Malaquias	6	19
	06. São João	17	62
09. Três Canais	8	22	
BOCAIÚVA DO SUL	10. Areia Branca	13	36
CAMPO LARGO	11. Palmital dos Pretos	34	136
CANDÓI	12. Despraiado	39	151
	13. Vila Tomé	20	57
	14. Cavernoso	6	23
CASTRO	15. Serra do Apon		
	a) Faxinal do São João (sede)	34	93
	b) Paiol do Meio	3	12
	c) Santa Quitéria	7	23
	d) Lagoa dos Alves	6	17
	16. Limitão	30	106
	17. Tronco	15	62
	18.1 Mamãs - núcleo Castro		
a) Imbuial (sede)	8	27	
CERRO AZUL	18.2 Mamãs - núcleos Cerro Azul		
	b) Ribeirão do Meio	7	22
	c) Pinhalzinho	3	13
	d) Pinhal Grande	1	3
CURIÚVA	19. Água Morna	19	61
	20. Guajuvira	38	132
DR. ULYSSES	21. Varzeão	20	66
	a) Gramadinho	10	47

Comunidade Remanescente de Quilombo com Certificação (cont.)			
Municípios / Comarca	Comunidade (sede / núcleo)	Fam.	Hab.
GUAÍRA	22. Manoel Ciriaco dos Santos	13	70
GUARAPUAVA	23. Invernada Paiol de Telha	32	160
	a) Assent. V. Socorro/Guarapuava		
	b) Fundão - Reserva do Iguaçu	19	95
	c) Periferia - Guarapuava - urbana		
	d) Periferia - Pinhão - urbana		
GUARAQUEÇABA	24. Batuva	24	94
	25. Rio Verde	22	80
IVAÍ	26. Rio do Meio	33	103
	27. São Roque	51	203
LAPA	28. Restinga	24	93
	29. Feixo:		
	a) Rincão	51	202
	b) Maria Antonia	32	127
	c) Campina	1	5
	d) Pavão	1	9
	30. Feixo: Vila Esperança	7	34
PALMAS	31. Adelaide M ^a Trindade Batista	89	391
	Bairro São Sebastião do Rocío		
	32. Castorina Maria da Conceição	20	74
	Bairro Fortunato		
PONTA GROSSA	33. Sutil	41	144
	34. Santa Cruz	11	39
SÃO MIGUEL DO IGUAÇÚ	35. Apepu	6	44
TURVO	36. Campina dos Morenos	10	66

Comunidades Negras Tradicionais não certificadas			
Municípios / Comarca	Comunidades (sede / núcleo)	Fam.	Hab.
ADRIANÓPOLIS	01. Bairro Roque	8	42
	02. Tatupeva	6	26
AGUDOS DO SUL	03. Pavãozinho	5	24
CAMPO LARGO	04. Sete Saltos	11	58
CONTENDA	05. Lagoa das Almas	10	43
	06. Serrinha	8	46
	08. Poço da Cruz	10	40
CRUZEIRO DO IGUAÇÚ	09. Linha Marioti	14	57
DR. ULYSSES	10. Queimadinhos	5	33
IVAÍ	11. Bom Jesus	5	18
JAGUARIAÍVA	12. Água Clara	3	12
LAPA	13. Paiol	24	71
LONDRINA	14. Venda dos Pretos	6	20
MORRETES	15. Fartura	17	69
PALMAS	16. Tobias Ferreira (Lagoão)	19	98
PALMEIRA	17. Cercado	12	40
	18. Rio das Pedras	12	48
TIJUCAS DO SUL	19. Barreiro	8	20
PORTO AMAZONAS	20. Porto Velho	12	35



Indicativo de Comunidades não classificadas	
Municípios / Comarca	
ANTONINA	1. Barroca
APUCARANA	2. Caixa São Pedro
	3. Família dos Brandino
CASTRO Com. Castro	5. Vila Santa Cruz
	6. Vila dos Paca/Jd. Arapongas
	7. Paraguaizinho
	8. Guararema
CAMPO MAGRO	9. Jacusal
	10. Santaria
	11. Capivara dos Ferreiras
DR ULYSSES	12. Bairro do Poço
FOZ DO AREIA	13. Comunidade desconhecida
GUAÍRA	14. Salamanca
GUARANIAÇÚ	15. Sítio Colônia Santo Antônio
GUARATUBA	16. Buguaçu
ITAIPLÂNDIA	17. São José do Itavo
JAGUARIAÍVA	18. Morro Azul
LAPA	19. Bairro São Lucas
	20. Bairro São José
ORTIGUEIRA	21. Serra dos Morenos
PALMEIRA	22. Pulgas
	23. Quero-quero
RIO BRANCO DO SUL	24. Bairro da Pinta
SANTA HELENA	25. Esquina Rosa
	26. Comunidade dos Minérios
SENGÉS	27. Ouro Verde
TERRA ROCHA	28. Família Brito
TIBAGI	29. Conceição
TUNAS DO PARANÁ	30. Bairro Tigre
	31. Colônia Marques de Abrantes
	32. Fazenda Ponta Grossa

Fontes: Relatório das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Paraná
<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=65>
<http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br/>



Oficinas de Patrimônio Imaterial

Foto: Socorro Araújo

Dia 21 de novembro

Inicialmente as atividades tiveram como objetivo ouvir e trocar ideias sobre o que é patrimônio cultural para cada um dos participantes. Na oficina, além de integrantes de cinco comunidades quilombolas do Paraná, estavam presentes pesquisadores, estudantes e profissionais de diversas áreas (Turismo, Nutrição, Educação, História e Ciências Sociais). Os **ritos**, a **agricultura**, a **dança**, a **culinária** e os **modos de vida dessas comunidades** foram algumas das referências culturais citadas. E não faltaram menções a palavras como **ancestralidade**, **herança**, **memória** e **legado**.

Em dado momento da oficina, o educador William Barbosa falou sobre a construção de um mundo de imagens, um mundo de símbolos, levando até o centro da sala seu colar de búzios e contas: “pra quem sabe ler, pingo é letra. Patrimônio é o que a gente sabe interpretar e passar pros outros”.

Dona Ana, 77 anos, moradora da comunidade de João Surá e sabedora da cultura quilombola, falou sobre os conhecimentos contidos na Romaria de São Gonçalo⁴. Seguindo em seu passo miúdo até o centro da sala, deixou a imagem do san-

⁴ São vários os nomes dados ao culto de São Gonçalo: Romaria de São Gonçalo, Voltas de São Gonçalo, Terço de São Gonçalo, Dança de São Gonçalo, Reza de São Gonçalo, Festa de São Gonçalo, Trocado para São Gonçalo, Roda de São Gonçalo. A celebração é o pagamento de uma promessa. Em agradecimento à graça alcançada convidam-se amigos, vizinhos, parentes e músicos (violeiros), para realizar a Dança. Fonte: <http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br>

to que motiva os festejos realizados na região desde tempos imemoriais, ao lado do colar de búzios e contas: “Eu achava tão interessante, até que eu aprendi e o interesse meu é que não acabe. Então, o pensamento da gente é que as crianças aprendam”, conclui Dona Ana.

Entre as questões finais da roda de conversa, estavam as dificuldades e os meios de aproximar a sociedade e o Estado para a realização dos processos de identificação e salvaguarda de grupos e referências culturais historicamente rele-

gados a segundo plano. E nesse sentido, o acesso à informação, a formação de jovens e adultos para a elaboração de projetos e inscrição em editais de fomento, somados à colaboração de educadores, pesquisadores e universidades, foram algumas das ações sugeridas pelos participantes da oficina.

Ao final, os grupos se dividiram para discutir e levantar demandas específicas em relação às políticas de patrimônio imaterial, bem como rememorar algumas referências culturais de suas comunidades.



Foto: Leandro Mazzetto - Acervo IPHAN

Referências culturais entendidas como Patrimônio Imaterial das Religiões de Matrizes Africanas no Paraná

Umbanda:

Mesadas, Festas de Preto-Velho, Festas de Caboclo.

Candomblé:

Tradição Oral: Cantos, Rezas e Orikis.

Saberes: Medicina Tradicional.

Culinária: Ebós, Consagração animal (matança).

Festas Tradicionais:

Águas de Oxalá, Festa das Iabás, Olugbajé, Ipete de Oxum, Roda de Xangô, Festa de Caboclo.

Locais de Culto:

Terreiros, Ilês, Roças, Abaças, Barracões, Casas; Cachoeiras e Mananciais; Vias e logradouros Públicos, Encruzilhadas e atas.



Foto: Leandro Mazzetto - Acervo IPHAN



Foto: Leandro Mazzetto - Acervo IPHAN

Durante a oficina, os participantes se recordam que a Romaria de São Gonçalo fazia parte das celebrações das comunidades de Palmas, Paiol, Três Canais, Estreitinho, Areia Branca e São João, mas com o passar do tempo, acabou desaparecendo. Assim como a Festa do Divino, que desapareceu nas comunidades de Estreitinho, Areia Branca e Rio Verde. Não há mais celebrações como essa e também não se realiza mais a Festa de São Benedito, na comunidade de Três Canais. A Folia de Reis é outra manifestação que desapareceu das comunidades de Palmas, Estreitinho e João Surá.

Do mesmo modo, não se faz mais a Cavalgada em Paiol de Telhas. O Fandango (rabeca, viola, tamanco, cavaco e a gaita de bordão) também desapareceu das comunidades de João Surá, Palmas, Batuva e Estreitinho. E não se faz mais as Encomendas das Almas em Santa Cruz, Palmas, São João, Três Canais, Estreitinho e Córrego do Franco.

Por outro lado, muitas celebrações, saberes e modos de fazer são encontrados em todas as comunidades, tais como: (1) as Mesadas dos Anjos, (2) os Mutirões ou Puxirões, (3) as Ervas, Benzimentos e Simpatias, bem como (4) as Parteiras.



Referências Culturais Entendidas Como Patrimônio Imaterial Quilombola no Paraná					
Comunidades	Areia Branca	Batuva	Bom Jesus dos Passos	Córrego do Franco	Curiúva
Referências Culturais Quilombolas					
Folia de Reis					
Alvorada					
Romarias, Novenas, Trezenas e Procissões	•		Bandeira do Divino	Bandeira do Divino	Romaria de São Gonçalo
São Sebastião	•		•	•	
Cavalgada					
Mesada de Anjos	X	X	X	X	X
Carnaval					
Fandango		•			
Encomenda de Almas				•	
Mutirão ou Puxirão	X	X	X	X	X
Parteiras, Benzedeadas, Ervas e Simpatia	X	X	X	X	X
Candomblé e Umbanda					

Referências Culturais Entendidas Como Patrimônio Imaterial Quilombola no Paraná (cont.)							
Estreitinho	João Surá	Paio de Telha	Palmas	Rio Verde	Santa Cruz	São João	Três Canais
•	•		•				
	Bandeira do Divino	São Sebastião / Festa do Milho	Santíssima Trindade/ N.Senhora da Luz		São Sebastião		
•	Romaria de São Gonçalo / Bandeira do Divino	•	Festejos de Santo Antônio e São Sebastião				
		•			X		
X	X	X	X	X	X	X	X
			X				
•	•		•				
•	•	X	•		•	•	•
X	X	X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	X	X	X
			X		X		

• = desapareceu
X = ocorre





Oficinas Salvaguada da Capoeira

Foto: Acervo Associação de Capoeira Angola Dobrada Curitiba – ACAD

Plano Estadual de Salvaguada da Capoeira: Reuniões, Oficinas e Grupos de Trabalho

A Roda de Capoeira e o Ofício do Mestre de Capoeira foram registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 20 de novembro de 2008. A instrução do processo se deu com base nas pesquisas desenvolvidas na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, partindo, assim, de referências territoriais históricas para a Capoeira.

A Roda de Capoeira foi inscrita no Livro das Formas de Expressão como um dos elementos fundamentais da Capoeira, onde se combinam a música, através dos cantos e toques dos instrumentos, com o jogo, ora definido como dança, golpes ou brincadeira. A Roda de Capoeira reúne, então, todo um conjunto de símbolos de herança cultural africana que foram continuamente recriados e ressignificados no Brasil.

O Ofício dos Mestres de Capoeira, por sua vez, foi registrado como bem cultural de natureza imaterial no Livro dos Saberes. Afinal, é através dos mestres que se dá a transmissão oral dos conhecimentos tradicionais da Capoeira, de sua herança cultural, hierarquia e de seu código de ética.

Desde o registro, faz parte das atribuições do Iphan e de suas Superintendências Estaduais promover políticas públicas de salvaguada que afirmem a Capoeira tanto como saber, arte, tradição cultural ou como instrumento pedagógico de desenvolvimento físico e social. Diversas ações de reconhecimento e incentivo à continuidade da prática da Capoeira deverão ser empreendidas, tanto a iniciativa direta do Iphan, como por meio do trabalho conjunto com instituições governamentais da esfera estadual e municipal.

Assim, em 2009, instituiu-se o Programa Nacional de Salvaguada e Incentivo à Capoeira com o objetivo de promover as condições necessárias para se colocar em prática uma política pública participativa, com vistas à manutenção dos aspectos culturais e dos elementos mais significativos relacionados às várias possibilidades de manifestação e prática da Capoeira. Para tanto, houve a criação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira – GTPC (através da portaria nº48, de julho de 2009) composto pelo Iphan, Fundação Cultural Palmares, Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Após a realização de três encontros regionais, houve uma reestruturação no programa e a coordenação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira foi transferida

Sem dúvida alguma, as intenções do Programa eram boas, a começar pela vontade de vencer as barreiras e obstáculos que distanciam a sociedade civil do Estado, e de superar o desconhecimento do Estado em relação aos grupos e indivíduos para os quais se voltam suas ações. Trata-se, portanto, dos desafios de se colocar em marcha um modelo político participativo, no qual o processo de escuta e diálogo é fundamental para a elaboração e reformulação de ações – seja no plano metodológico, para a definição de conceitos, escopo, objetivos e modos de condução do processo; seja no plano de gestão, para as articulações entre instituições, implementação e acompanhamento na execução das ações.

Os efeitos da interrupção do Pró-Capoeira podem ser sentidos até hoje, pois muitos capoeiristas cortaram o diálogo com o Iphan ou mantem-se distanciado, numa atitude

“ *A Roda de Capoeira reúne, então, todo um conjunto de símbolos de herança cultural africana que foram continuamente recriados e ressignificados no Brasil.* ”

para a Fundação Cultural Palmares. No entanto, as ações e políticas para a salvaguada da Capoeira permanecem dentro das responsabilidades e missão do Iphan.

É bom lembrar que apesar dos esforços para a realização dos encontros do Pró-Capoeira, o encaminhamento das demandas e propostas levantadas pelos capoeiristas foi insuficiente ou insatisfatório, e a implementação das ações foi interrompida.

que revela desconfiança e/ou descrença na atuação do instituto. É sabido que todo o processo de aprendizado se faz de erros e acertos, mas, sobretudo, se aprende com erros. Não restam dúvidas de que esta posição de afastamento ou mesmo de rompimento tem seus motivos e fundamentos, porém, há um saldo positivo a contabilizar.

Por exemplo, foi empreendido entre os anos de 2010 e 2011, o Prêmio Viva Meu

Mestre. Este prêmio surgiu para atender em caráter emergencial uma das principais demandas dos capoeiristas por reconhecimento e apoio àqueles que desempenham papel fundamental na transmissão dos saberes e prática da capoeira. O edital voltava-se para os mestres com mais de 55 anos, especialmente os que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E cumpriu seu intento, pois houve mobilização e participação de capoeiristas de todo o país.

Do ponto de vista das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, temos pelo menos dois avanços significativos a partir do Pró-Capoeira e do Prêmio Viva Meu Mestre. Em primeiro lugar, tais iniciativas contribuíram para o mapeamento dos mestres de todo o país e para a consolidação de uma base de dados, que vem sendo aperfeiçoada com novos cadastros⁵. Isso permitirá a organização dos próximos encontros com capoeiristas, cada vez com maior representatividade, para o debate de demandas e propostas de estímulo à Capoeira, com base em indicadores. Em segundo lugar, tal premiação inscreve-se como uma política de valorização dos “patrimônios vivos”, o que coloca em outro patamar a discussão de ações estratégicas para a salvaguarda dos bens de natureza imaterial.

Em 2012, ainda na perspectiva de intensificar o diálogo com os detentores de saberes e ofícios tradicionais, e de aperfeiçoar a construção de uma política de preservação, o Iphan descentralizou as ações relativas à salvaguarda da Capoeira, passando às superintendências estaduais a tarefa de

realizar mapeamentos, levantamento de indicadores, pesquisas, encontros e oficinas educativas, além de ações de difusão e promoção. Mas, por que descentralizar as ações de salvaguarda?

Sobretudo porque há a necessidade de uma atuação ao mesmo tempo capilarizada, ampla e integrada, para se conhecer melhor as dinâmicas culturais locais. E colocar realmente em prática um modelo político participativo, que envolva as comunidades, as entidades representativas, os pesquisadores, os órgãos estaduais e municipais de cultura e de outras áreas afins, as instituições públicas e a iniciativa privada, entre outros atores sociais. Dessa forma, pretende-se identificar as demandas de cada lugar e de grupos específicos, para a promoção das diversas formas de produção e reprodução, recriação ou reinvenção das práticas culturais registradas. Esse formato possibilitará aos capoeiristas exercerem maior monitoramento e controle sobre a gestão das políticas públicas.

E, integrar todas essas ações empreendidas localmente é importante para o fortalecimento da Capoeira, identificando os problemas que são comuns em diversas regiões do país e que podem ser enfrentados a partir de estudos que estabelecerão as prioridades para atender a todos. Trata-se, portanto, de se elaborar e negociar uma estratégia de amplitude nacional de desenvolvimento e incentivo à Capoeira. Unificando as demandas nacionalmente é possível pensar e criar programas para o estímulo à Capoeira, rompendo a prática da “política de balcão” e eliminando a troca de favores e privilégios individuais.

Seguindo esse princípio, a Superintendência do Paraná organizou uma série de ações voltadas para a mobilização dos capoeiristas – na forma de reuniões, seminários, encontros e outros eventos – e, principalmente, para o mapeamento e identificação do universo da capoeira em nosso estado.

Foi nesse contexto que propusemos a realização das oficinas para a formulação de diretrizes que orientariam o Plano Estadual

de Salvaguarda da Capoeira, e que ocorreram nos dias 22 e 23 de novembro. Cabe ressaltar que, desde o início das discussões e também na realização das reuniões preparatórias com os capoeiristas, contamos com o apoio e a parceria da Casa da Memória – FCC, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB), e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).



Foto: Socorro Araújo

⁵ O Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) mantém em funcionamento o Cadastro Nacional da Capoeira no portal www.iphan.gov.br, com o objetivo de dimensionar o universo da Capoeira no Brasil e também no exterior, subsidiar o encaminhamento de novas ações de incentivo e salvaguarda da Capoeira, além de criar uma base de dados pública sobre este tema.

Reuniões Preparatórias

As articulações sobre esta ação específica começaram a tomar corpo em meados do mês de julho de 2012, quando foram iniciadas reuniões para levantar informações sobre o universo da Capoeira no Paraná, inicialmente por meio do cadastro Pró-Capoeira e depois com a indicação de contatos de mestres, contrames-tres, professores e formados que haviam participado do Encontro Pró-Capoeira no Rio de Janeiro, realizado no ano de 2010.

Durante as seis reuniões preparatórias foram discutidas questões relacionadas ao papel do Iphan na Salvaguarda da Capoeira, à apresentação dos instrumentos de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial utilizados pelo Iphan, e ainda algumas questões polêmicas ligadas ao rescaldo do Pró-Capoeira. Com isso, foi possível definir conjuntamente o formato e os temas que seriam trabalha-

dos nas oficinas, retomando o caminho interrompido anteriormente.

Algumas demandas e sugestões para o incentivo e continuidade da prática da Roda da Capoeira e do Ofício dos Mestres apareceram de imediato. Entre elas, destacamos a preocupação em regulamentar o exercício da profissão, para fins de aposentadoria, para a inserção em espaços educativos formais, para atuação como atleta, ou mesmo para a execução de projetos e ações sociais.

Durante as reuniões preparatórias, os técnicos e consultores do Iphan constataram a necessidade de se realizar um inventário que possa dar conta da multiplicidade da Capoeira no estado. Uma das sugestões foi de que o mapeamento inicial pudesse ser produzido pelos próprios capoeiristas.

Outro ponto de intenso debate foi a conformação de um Comitê Gestor estadual



Foto: Fernando Augusto - Acervo Casa da Memória/FCC

para o Plano de Salvaguarda da Capoeira. Primeiramente, houve uma discussão sobre o papel e as atribuições de um comitê gestor, modos de funcionamento e representatividade. Ao final das reuniões preparatórias, os participantes chegaram a um entendimento de que o comitê deveria ser composto apenas por capoeiristas e um representante do Iphan. Este formato impõe algumas limitações, como qualquer outro modelo, mas certamente exigirá maior eficiência e capacidade de articulação política para alcançar suas metas.

Oficinas e Grupos de Trabalho

As atividades começaram com o credenciamento dos capoeiristas no Memorial de Curitiba. Cerca de 40 capoeiristas de Curitiba e Região Metropolitana, Litoral, Centro-Sul, Norte e Oeste do estado participaram das oficinas.

Cassius Marcelus Cruz, pesquisador e co-

laborador do Iphan nesse processo, propôs uma dinâmica para que todos os presentes pudessem escrever sobre suas expectativas individuais e coletivas em relação às oficinas. Entre as frases anotadas nas tarjetas distribuídas para o grupo estava:

Capoeira + Iphan = Sair daqui com algo concreto

Tornava-se, assim, evidente o que muitos capoeiristas já haviam expressado nas reuniões preparatórias, a desconfiança de lograrem algum sucesso com as demandas encaminhadas ao Estado.

Logo após a sessão, os Grupos de Trabalho se dividiram em seis eixos temáticos, que retomavam os temas debatidos no Pró-Capoeira: 1) Capoeira e Educação; 2) Capoeira, Internacionalização e Profissionalização; 3) Capoeira, Identidade e Diversidade; 4) Capoeira e Desenvolvimento Sustentável; 5) Capoeira, Esporte e Lazer e 6) Capoeira e Políticas de Fo-



Foto: Leandro Mazzetto - Acervo IPHAN

mento. Apenas esse último não recebeu nenhuma inscrição, sendo orientado aos mediadores de cada grupo de trabalho que, devido à sua importância, que a temática fosse trabalhada de forma transversal em todos os outros GT's. Como veremos o GT1 – Capoeira e Educação optou por sistematizar demandas e propostas específicas para o tema.

As temáticas foram debatidas sob a orientação da metodologia Zopp, utilizada em processos de construção de planejamento participativo. Por meio dessa ferramenta, os participantes apontaram princípios, indicaram problemas ou possíveis resoluções, a partir de um debate prévio sobre o eixo temático de seu interesse. Os grupos de trabalho tiveram autonomia para definir a sistematização de suas demandas, o que trouxe diferenças entre os textos finais apresentados. Nas páginas seguintes, reproduzimos os resultados desse trabalho.

A sistematização das demandas e determinação das ações foram debatidas com todos os grupos, em plenária geral. Em seguida, foram discutidos os critérios de representatividade do Comitê Gestor, levando em conta a garantia de pluralidade em sua composição: a participação de capoeiristas das várias regiões do estado, de angoleiros e regionais, de mulheres capoeiristas e também de mestres, contramestres, professores e formados, bem como uma vaga (sem direito a voto) direcionada ao Iphan. Ficou estabelecido que os membros do Comitê Gestor fossem eleitos a cada dois anos, podendo inclusive ser reconduzidos ao cargo. A proposta de constituição do Comitê Gestor, debatida e aprovada na última reunião preparatória realizada em Curitiba, foi apreciada e discutida em plenária geral realizada no dia 23 de novembro de 2012, tendo seus critérios aprovados pelos capoeiristas presentes.

Comitê Gestor Estadual para a Salvaguarda da Capoeira 2013-2014

Mestre Lito (*Evangelista José do Nascimento*) – Noroeste

Mestre Mestrinho (*Aristeu Oliveira dos Santos*) – Oeste

Mestre Bacico (*Geraldo Ferreira da Silva*) – Litoral

Mestre Silveira (*Gideone Silveira*) – Curitiba

Mestre Kinkas (*Joaquim Guedes*) – Curitiba

Contramestre Negão (*Wellington Márcio dos Santos*) – Curitiba

Contramestre Danilo (*Danilo Borges Machado Filho*) – Litoral

Professora Baixinha (*Nádia Alves de Souza*) – Curitiba

Professora Yuna (*Yuna Ferreira da Rosa*) – Curitiba

Contramestre Marcelo (*Marcelo Ricieri Pinhatari*) – Londrina

Mestre Praia (*Ubiratã Patrumi*) – Litoral

Juliano Martins Doberstein – Iphan/PR



Foto: Fernando Augusto - Acervo Casa da Memória/FCC



Foto: Fernando Augusto - Acervo Casa da Memória/FCC

Contribuições dos Grupos de Trabalho

Este documento apresenta os resultados dos debates desenvolvidos pelo Grupos de Trabalho: **1)** Capoeira e Educação; **2)** Identidade e Diversidade; **3)** Capoeira e Desenvolvimento Sustentável; **4)** Capoeira: Profissionalização, Organização Social e Internacionalização; **5)** Esporte e Lazer, realizados nos dias 22 e 23 de novembro de 2012, em Curitiba/PR. O GT Capoeira e Políticas de Fomento não teve inscritos e foi discutido pelo GT Capoeira e Educação.

Contribuições do GT1 – Capoeira e Educação

Princípios – Áreas Temáticas

- Respeito
- Parceria
- Defender a capoeira como cultura sem identidade de grupo
- Oralidade
- Ancestralidade
- Objetividade
- Para um melhor resultado para o fomento e educação vai depender da união dos grupos de capoeira
- Patrimônio histórico e imaterial
- Ancestralidade, ritualidade, tradicionalidade, os patrimônios próprios da capoeira
- Respeitar as tradições históricas
- Formar segundo parâmetros gerais dos capoeiras
- Inserir no currículo escolar a capoeira
- Atuar politicamente

Problemas

- Política
- Espaço – Local de trabalho nas escolas
- Contexto histórico do ensino no Brasil, ou seja, imposição das influências culturais

Educação

Problemas

- O registro sistematizado de nossas atividades
- Desvalorização dos conhecimentos tradicionais
- Formação do profissional da capoeira
- Capoeira como meio [ferramenta] de educação ou capoeira educadora?
- Nas escolas o problema maior é usar graduação e nomes de grupos
- Unificação da graduação
- Para melhorar nosso trabalho no norte do Paraná é preciso a secretaria para nos apoiar na área educacional
- Apoio das Secretarias de Educação e Cultura para valorizar a Capoeira
- Implementação da Lei nº 10.639/2003 na prática das escolas
- Resolução de divergências entre o tradicional e o acadêmico
- Falta de (re)conhecimento da capoeira nas instituições educacionais

Expectativas / Propostas

- Apoio da Secretaria de Educação e da Fundação Cultural
- Inserir no currículo escolar a capoeira
- Falarmos a mesma língua, compreensão e valorização pela capoeira
- Ver meu mestre atuando na área da educação
- Formação continuada
- Qualificação
- Valorizar a diversidade dentro da unidade
- Ter a lei nº 10.639/2003 como norteadora das propostas e projetos
- Esclarecer junto aos órgãos de educação a necessidade da implementação da lei nº 10.639/2003
- Formar comissão estadual representativa
- Mais apoio junto às escolas colocando a capoeira como cultura para que tenha menos preconceito



- Diálogo entre entidades (representativas) da capoeira e a secretaria de educação
- Maior aproximação com órgãos ligados a prefeituras, governo de estado e governo federal
- Promoção de fóruns e seminários para as discussões
- Valorização da cultura capoeira nas instituições educacionais, buscando o resgate de nossas tradições

Políticas de Fomento

Problemas

- Diálogo entre entidades (representativas) da capoeira e a secretaria de educação
- Falta de editais e apoio técnico
- Falta de apoio político e acesso a editais
- Dificuldade do acesso aos meios de fomento
- Atendimento às exigências de elaboração dos projetos
- Como trabalhar educação com crianças em risco de cair na prostituição e está muito difícil lidar com crianças sem total apoio governamental
- Desconhecimento dos recursos alocados para projetos de fomento
- Formação técnica para projetos
- Falta de consciência política e abandono cultural
- Dificuldades para aprovar projetos
- Apoio técnico e maior informação aos valores e oportunidades de envio de projetos
- Como buscar verbas para uniformização da capoeira

Expectativas – Propostas

- Fazer valer as leis – o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a Lei nº 10.639/2003 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”), entre outras
- Conseguir que nossos mestres sejam mais valorizados
- Oficinas de elaboração de projetos, articulação intersecretarial a partir da secretaria de educação
- Valorização do mestre de capoeira

- Especificidade nas políticas voltadas à capoeira
- Reconhecer também seu valor histórico enquanto emancipador dos próprios limites
- Negociar com governo estadual
- Criar cursos de formação para projetos de fomento
- Construir texto para ser enviado aos poderes

Plenária Geral

Durante a plenária geral, realizada no dia 23 de novembro, foram levantadas algumas dúvidas, questionamentos e comentários:

- Mestre Praia: Como introduzir o ensino da Capoeira na escola, sem escudo ou filiação a um grupo? Como ficam os casos dos alunos que continuam como praticantes após os estudos, ou que tenham o interesse em participar de campeonatos?
- Mestre Pitón: O que é melhor para a Capoeira? Entrar na escola como cultura ou como luta?
- Mestre Carlinhos ponderou que a aula de Capoeira na escola não é suficiente para a formação/graduação. Pode acarretar problemas financeiros aos alunos e pais, e em alguns casos, para os núcleos de educação.
- Mestre Cabelo, por outro lado, defendeu não eliminar as graduações, pois já está agregado ao sistema, ao universo simbólico da Capoeira. Assim, não se deveria eliminar o batizado da Capoeira na escola, para não se perder a tradição.
- Caroline ressaltou que os professores devem receber capacitação para lidar com o tema e melhor contribuir com a aplicação da lei nº 10.639/2003. Outro ponto levantado por ela foi a problematização do uso da expressão “resgate de tradições”, pois a tradição da Capoeira não está perdida.

Proposta de Inclusão no GT de Educação / consensuada:

- Difundir nas escolas obras relativas à Filosofia da Educação e Pedagogia com base na Capoeira e obras produzidas pelos capoeiristas, devidamente indicados pelo Comitê Gestor
- Gestionar junto com a SETP [Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social] e as IES [Instituições de Ensino Superior] a emissão de Títulos de Notório Saber para os mestres da Velha Guarda da Capoeira do Paraná e progressivamente aos mestres e contramestres com reconhecido trabalho na difusão da capoeira no Estado



Contribuições do GT2 – Capoeira: Identidade e Diversidade

Áreas Temáticas

- Diversidade
- Folclorização
- Direitos Autorais
- Ocupação do Espaço Público

Problemas

- Existência de diferentes práticas da capoeira, com especificidades da capoeira angola e da capoeira regional, por exemplo
- Apoio institucional apenas em períodos de datas comemorativas (13 de maio e 20 de Novembro)
- Descontextualização do aspecto simbólico (religiosidade, valores), com ênfase na corporalidade da prática da capoeira
- Capoeira no palco, como espetáculo
- Pagamento de taxas sobre as músicas utilizadas em eventos organizados por instituições públicas
- Proibição de utilização dos espaços públicos (Largo da Ordem, em Curitiba) pelos órgãos governamentais
- Imposição de dificuldades burocráticas e administrativas por parte dos órgãos governamentais para uso do espaço público (ex.: Passeio Público de Curitiba)
- Imposição de dificuldades por parte da iniciativa privada (comerciantes) para uso do espaço público (Ex.: Passeio Público de Curitiba)
- Liberação “marginalizada” (em lugares afastados do centro) para a prática da capoeira

Perspectivas – Expectativas

- Conseguir que nossos mestres sejam mais valorizados
- Percepção clara dos órgãos públicos sobre a diversidade da capoeira na elaboração de políticas públicas e editais, por exemplo
- Não situar a capoeira exclusivamente como manifestação cultural afro-brasileira, pois a diversidade dos praticantes demanda o reconhecimento da capoeira o ano inteiro
- Identificação/documentação das práticas tradicionais e coletivas, para fins de reconhecimento como sendo pertencente ao grupo de detentores
- Livre acesso das rodas de capoeira aos espaços públicos, com igualdade de condições de uso desses espaços públicos, como ocorre com outras manifestações culturais. Articulação dos órgãos governamentais e de gestores públicos para viabilização do uso desses espaços.

Plenária Geral

Durante a plenária geral, realizada no dia 23 de novembro, foram levantadas algumas dúvidas, questionamentos e comentários:

- Mestre Silveira criticou a utilização do termo *afro-brasileiro* ligado à Capoeira e argumentou que, tomando a Capoeira como forma de resistência de um povo, não podemos vincular a sua origem apenas aos afrodescendentes. Segundo Mestre Silveira, os colonizadores chegaram aqui no ano de 1500 e o primeiro navio negreiro chegou em 1538. Dessa forma, seu entendimento é que, antes da chegada de negros escravizados no Brasil, já havia se formado um sistema de resistência pelos povos indígenas, que, por sua vez, também participa do universo simbólico da Capoeira. Por esses motivos, Mestre Silveira pede a retirada do termo *afro*.
- Cassius prestou algumas explicações, expondo uma perspectiva histórica sobre a luta contra o preconceito racial no Brasil, e afirmou a importância de se manter o termo, visto se tratar de uma questão cara aos movimentos negros. Outro ponto destacado foi que os próprios indígenas não reivindicam a Capoeira como uma forma de expressão de seus povos.
- Houve alguns questionamentos sobre a legitimidade do ECAD para exercer a fiscalização e cobrança de direitos autorais sobre execução e reprodução sonora de músicas nas rodas e eventos de Capoeira.
- Mestre Lito defendeu a utilização de músicas de domínio público, da cultura popular, músicas tradicionais que não são alvo de fiscalização de órgãos como o ECAD. Ele defende promover o acesso e difundir as músicas de domínio público.
- Mestre Silveira sugeriu levar a questão ao Comitê Gestor, para fazer uma articulação com o ECAD e OMB, e isentar os capoeiristas da cobrança dos direitos autorais devidos.
- Caroline defendeu o encaminhamento de uma carta aberta direcionada ao ECAD, a fim de pressionar o órgão a acatar as reivindicações do segmento.
- Contramestre Negão relatou um caso ocorrido durante a Virada Cultural de Curitiba⁶. Ele aponta que uma mesma música, de determinado autor, é registrada várias vezes, por outros, com pequenas alterações.
- Mestre Bacico lembrou que a filiação à Ordem dos Músicos tem benefícios como, por exemplo, descontos na compra de instrumentos musicais. No entanto, muitos capoeiristas protestaram, alegando que não são músicos e que não têm interesse em se filiar.
- Mestre Praia comentou também sobre a discriminação contra capoeiristas, os quais são impedidos de fazer Rodas de Capoeira no Largo da Ordem, no Centro Histórico de Curitiba.



⁶ Trata-se de um evento promovido pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) que consiste em apresentações artísticas e culturais nas diversas áreas, como a música, artes visuais, cênicas, dança, cinema e patrimônio, com duração de 24 horas; ocorre 1 vez ao ano.

Contribuições do GT3 – Capoeira e Desenvolvimento Sustentável

O grupo de trabalho compreendeu Sustentabilidade como as condições materiais para continuidade da Capoeira.

Áreas Temáticas

- Reconhecimento
- Saberes Tradicionais
- Fomento e Financiamento
- Educação

Situação Problema

- Necessidade de reconhecimento profissional e cultural dos capoeiristas
- Necessidade de reconhecer os saberes da capoeira como processo educativo
- Dificuldade em relação a captação de recursos para realização de eventos

Soluções Sugeridas

- Que as autoridades constituídas nos dêem o que é nosso por direito
- Mediante Portfólio do Capoeirista fosse permitido alvará permanente, como um documento para se mostrar aos leigos, permitindo o trabalho em todo lugar que necessitasse de capoeiristas
- Desenvolver mecanismos de Reconhecimento Cultural da capoeira com vistas à inserção dos saberes tradicionais da capoeira como ferramenta educacional;
- Desenvolver política de financiamento para eventos culturais da capoeira como uma forma de remunerar os capoeiristas pelo trabalho que a capoeira vem desenvolvendo desde sempre
- Desenvolver formas de incentivo governamental para o ensino da capoeira nas escolas públicas
- Articular uma política de manejo e acesso à matéria prima necessária na prática da Capoeira, em parceria com as comunidades quilombolas

Plenária Geral

Durante a plenária geral, realizada no dia 23 de novembro, foram levantadas algumas dúvidas, questionamentos e comentários:

- Mestre Barracão também falou sobre a imensa burocracia para obtenção do alvará.
- Professora Yuna sugeriu a adoção de um procedimento menos burocrático, através da expedição de uma Carta de Recomendação por instituição cultural, para apoiar o trabalho dos capoeiristas em espaços educativos, principalmente em favor dos mestres, a partir de critérios que contemplem a diversidade da Capoeira.
- Mestre Silveira destacou que as certificações para a Capoeira já existem, visto a atuação da Federação, que é o órgão competente para esta finalidade. Mas outros capoeiristas alegaram que a Capoeira Angola não é representada por esta entidade. E o Contramestre Marcelo acrescentou que é um direito constitucional criar e escolher livremente suas entidades representativas.
- Mestre Pé de Vento indagou sobre a supervisão da atuação profissional dos capoeiristas: quem seria o responsável?
- Gildo argumentou que a certificação é importante, mas é preciso valorizar o mestre. E aqueles profissionais que não desenvolvam um bom trabalho serão naturalmente excluídos, sem necessidade de órgão fiscalizador.
- Mestre Lito também sinalizou para a importância de apoio, orientação e co-responsabilização dos mestres na atuação profissional de seus alunos, evitando a “picaretagem”.
- Mestre Barracão comentou que muito mestres são omissos ao se depararem com o trabalho irresponsável de outros educadores e professores de Capoeira. E que hoje são exigidos cursos para a renovação de alvará e/ou permissão para trabalhar nas escolas, o que dificulta o trabalho do capoeirista.
- Mestrinho fez considerações sobre a Lei Municipal de Cascavel, a qual garante a inserção da Capoeira no currículo escolar. Mas para ele é necessário um órgão fiscalizador para o trabalho do capoeirista em espaços educativos formais.
- Caroline solicitou maior divulgação dos editais e oficinas com a finalidade de promover a capacitação para a formatação de projetos.
- Considerando que a Capoeira foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial, foi consenso que a certificação dos capoeiristas através do Iphan é importante.



Contribuições do GT4 – Capoeira: Profissionalização, Organização Social e Internacionalização

O grupo apresentou como princípios de trabalho: o comprometimento, a valorização da capoeira, a liberdade de expressão, o respeito à opinião individual, a unificação, a união, o respeito, a ética e a ancestralidade.

Áreas Temáticas

- Organização Social: Comitê Gestor
- Organização Social: Divulgação
- Internacionalização
- Profissionalização e Fomento

Situação Problema

- Capoeiristas com poucos anos de capoeira que chegam ao exterior se dizem mestres
- Dificuldade de repatriação dos antigos mestres
- Falta de reconhecimento governamental

Soluções Sugeridas

- Criar regionais do comitê gestor
- Regionalização como um dos critérios para composição do comitê gestor
- Realização de reuniões do comitê gestor com custeamento garantido pelo estado
- Realização de reuniões descentralizadas
- Realizar o encontro estadual de capoeira com data previamente negociada com os capoeiras
- Realização da primeira reunião do comitê gestor na segunda quinzena de março
- Criação de site para diálogo entre comitê gestor e comunidade capoeirista
- Divulgação de um calendário de eventos da capoeira no paraná
- Mapeamento e cadastro dos capoeiristas
- Entendimento político para que sejam eleitos representantes capoeiras
- Normatizar a titulação do capoeira para prática no exterior
- Desenvolver política de reconhecimento dos antigos mestres de capoeira que estão no exterior, com vistas a garantir condições para seu retorno
- Qualidade da capoeira no exterior com pauta a ser aprofundada pelo comitê gestor
- Iphan e órgãos governamentais viabilizem curso de capacitação para profissionais da capoeira, definidos pelo comitê gestor
- Facilitação do acesso ao edital público e cursos para elaboração de projetos

- Elaborar um manifesto para reconhecimento e valorização profissional e cultural da capoeira, de maneira articulada com os demais comitês gestores e fóruns de capoeira
- Elaboração de legislações que tornem obrigatória a inclusão da capoeira no currículo escolar da educação básica

Plenária Geral

Durante a plenária geral, realizada no dia 23 de novembro, foram apontadas algumas dúvidas, questionamentos e comentários:

- Contramestre Marcelo sugere a realização de uma consulta pública para se construir um instrumento legal que dê conta das demandas específicas da Capoeira, por exemplo, a criação de um decreto ou portaria pelo Iphan.

Sobre a regulamentação da profissão pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF):

- Carlinhos defende que o CREF faça o mapeamento e credenciamento dos capoeiristas e participe dos debates relacionados à Capoeira.
- Mestrinho relata sobre sua atuação no SESC, local que exige sua filiação ao CREF.
- Contramestre Marcelo aponta que a discussão sobre a interferência/participação do CREF sinaliza as vertentes que estão presentes no encontro. Em contraponto, ele defende como princípio a ancestralidade da Capoeira e o seu reconhecimento como patrimônio cultural.
- Mestre Pitón não reconhece o CREF como entidade ligada a Capoeira e lembra que no Paraná esta é uma discussão superada. Foi uma vitória dos capoeiristas e não se deve retroceder.
- Mestre Bacico também afirma que a questão já está consolidada: o CREF não deve fiscalizar capoeiristas. Se ocorrer, o CREF está sujeito a multa.
- Mestre Pop, presidente da Federação de Capoeira do Paraná e vereador eleito na cidade de Curitiba, considera histórico o conflito com o CREF. E ressalta como as gestões anteriores da Federação de Capoeira conquistaram a garantia de que o CREF não tem poder de regulamentar a Capoeira. Em Curitiba, a rede de ensino público solicita o credenciamento na Federação e não no CREF.
- Professora Yuna propõe a divulgação da lei que garante o livre exercício da profissão, sem intervenção do CREF e, para tanto, solicita o apoio do Iphan.
- A maioria da plenária não reconhece o CREF como órgão competente para regulamentar o exercício da profissão, do ensino e prática da Capoeira.



Contribuições do GT5 – Capoeira: Esporte e Lazer

Os princípios que orientaram a dinâmica do grupo foram: participação e unidade para a construção de consenso em torno das questões propostas.

Áreas Temáticas

- Promoção e Difusão
- Regulamentação
- Instrumentos Legais
- Institucionalização
- Políticas de Fomento

Problemas

- Diferenciar a manifestação cultural e o universo simbólico da capoeira, da atividade profissional desportiva.
- Desconhecimento das entidades públicas sobre a vertente desportiva da capoeira.
- Discriminação da capoeira devido às suas ligações e identificação com as matrizes culturais africanas, o que inviabiliza a realização de vários projetos e de suas práticas em determinados locais.
- Reconhecimento público e formal dos capoeiristas pelas instituições públicas com vistas ao incremento, desenvolvimento e à continuidade de suas atividades.
- Unificação de regras em âmbito nacional para a capoeira desportiva.
- Desconhecimento dos instrumentos legais que garantem a prática e ensino da capoeira por mestres e professores que não são formados em educação física, em espaços da educação formal e espaços educativos não formais.
- Conflito entre conselho regional de educação física e capoeiristas
- Dificuldade para introduzir a prática e ensino da capoeira nas escolas. (Não foi consenso)
- Apesar da instituição da lei nº 10.639/2003, há obstáculos para a inserção da capoeira na escola, visto que a sua vertente desportiva caracteriza-se como uma luta, a qual pode eventualmente causar impactos e acidentes decorrentes do contato físico dos praticantes. (Não foi consenso)
- Relação dos capoeiristas com as entidades representativas do segmento, por exemplo, com a Federação Paranaense.
- Aparelhamento de entidades representativas por alguns grupos específicos, que defendem interesses privados em detrimento de interesses públicos dos capoeiristas como um todo.
- Falta de incentivo para a formação de atletas no campo da capoeira.
- Dificuldade de acesso ao bolsa atleta.
- Falta de apoio aos atletas nas competições nacionais e internacionais.
- Falta de apoio para a realização de campeonatos e outros eventos de difusão e prática da capoeira como esporte.

Diretrizes Propostas

- Promover fóruns de debates sobre a diversidade da capoeira, tanto como manifestação cultural ampla, como sua vertente desportiva, com o apoio de instituições culturais e entidades representativas e demais órgãos competentes.
- Criar grupo de trabalho interministerial para discutir a esportização da Capoeira.
- Considerando a diversidade da capoeira, é preciso divulgar sua vertente e modalidade desportiva.
- Incentivar e apoiar a realização de eventos e campeonatos para a difusão da capoeira;
- Levantamento, identificação e mapeamento dos capoeiristas atuantes no Paraná;
- Promover, através das Confederações Estaduais, Liga Brasileira e Confederação Internacional, o estabelecimento de regras unificadas para a Capoeira Desportiva;
- Promover Congresso Técnico para estudos, discussões, debates e estabelecimento de regras unificadas para a Capoeira Desportiva.
- Promoção de Cursos de Capacitação
- Reconhecimento do saber dos velhos mestres
- Construção e estabelecimento de uma Política Pública local, através de Leis Municipais, para amparo, incentivo e liberdade para a prática da capoeira.
- Garantir a inserção de mestres, contramestres e outros, que não tenham a formação no Curso Superior de Educação Física, na rede pública municipal e estadual de ensino.
- Aplicação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- Construção e estabelecimento de uma Política Pública local, através de Leis Municipais, para amparo, incentivo e liberdade para a prática da capoeira.
- A capoeira está presente nas escolas como atividade de lazer e/ou como atividade de contraturno, o que ajuda a quebrar preconceitos. (Não foi consenso)
- Aproximar e promover a articulação das entidades representativas, como a Federação Paranaense e a Liga Brasileira de Capoeira, para a implementação das diretrizes e ações estabelecidas pelo Comitê Gestor Estadual da Capoeira no Paraná.
- A exemplo do município de Araucária, incentivar que outros municípios paranaenses criem bolsas para a formação continuada de capoeiristas.
- Considerando a especificidade da Capoeira, criar formas de acesso ao bolsa atleta através de articulação com o Ministério do Esporte.
- Apoiar e dar suporte logístico aos atletas por meio do Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores, secretarias estaduais e municipais do esporte.
- Promover o acesso dos capoeiristas à Lei Federal de Incentivo ao Esporte.
- Criação de lei de fomento estadual e municipal para o estabelecimento de uma política pública, com caráter de continuidade, para o incentivo à formação e desenvolvimento das atividades dos capoeiristas no Paraná.

Plenária Geral

Durante a plenária geral, realizada no dia 23 de novembro, foram apontadas algumas dúvidas, questionamentos e comentários:

- Contramestre Marcelo aponta que a “esportização” da capoeira poderia fortalecer sua vinculação ao CREF. E Mestre Lito complementa dizendo que tal vinculação não trouxe qualquer benefício até o momento.
- Mestre Praia defende a vertente da Capoeira Desportiva e a convivência com as demais manifestações da Capoeira.
- Sobre a dificuldade de acesso à bolsa atleta, alguns capoeiristas indagaram se o Iphan poderia intervir e criar algum instrumento legal para facilitar o acesso ao benefício.

Considerações finais

Este relato, tecido a várias mãos, reflete um pouco dos diálogos de saberes em torno da Cultura Afro-brasileira que aconteceram durante o Seminário e Oficinas de Patrimônio Cultural Imaterial. Parte da experiência vivida escapa aos nossos esforços de documentar o processo de formação empreendido, mas com certeza se espraia por outros lugares e se multiplica em outras vozes, visto a qualidade de participação de todos os envolvidos nas atividades propostas. E ainda ressoa em nós.

O texto apresentado tenta alinhar as contribuições vindas de várias cidades do Paraná, dos Quilombos, das Casas de Religiões de Matrizes Africanas, das rodas de Capoeira e do Samba, das Universidades, das instituições culturais, entre outros lugares de fala. Serve, portanto, como apoio à reflexão sobre a própria prática e resulta do compromisso de exercê-la criticamente, lançando as bases para novas ações.

Nesse sentido, a reunião de capoeiristas para discutir e identificar problemas, levantar possíveis soluções e expor suas expectativas na construção coletiva do Plano Estadual de Salvaguarda da Capoeira, já se configuram como ponto de partida para o trabalho do Comitê Gestor eleito.

Do mesmo modo, relatar com a força do testemunho e escutar com toda a atenção, quais práticas e celebrações ainda fazem parte do cotidiano das comunidades quilombolas do Paraná, quais delas já desapareceram, mas ainda são lembradas, e quais são consideradas representativas para o grupo, são momentos imprescindíveis para se descortinar todo um universo simbólico e pensar alternativas que estimulem sua continuidade.

Muito além da difusão de conhecimentos e práticas institucionais para a preservação do patrimônio cultural, a experiência das oficinas nos mostrou como é fundamental construir uma via de mão dupla para a troca de ideias e partilha de conhecimentos, para a aproximação às demandas dos detentores de saberes tradicionais e, por fim, para a reciprocidade na formulação de políticas públicas.

Os desafios para atuar de forma conjunta e a necessidade de outros espaços coletivos alternativos de formação, onde todos possam desenvolver práticas de observação, registro, reflexão e discussão permanentes, nos motiva a continuar nessa caminhada. E esperamos reencontrar antigos amigos e novos interlocutores nos próximos seminários e oficinas!



Prefeito de Curitiba

Gustavo Fruet

Presidente da Fundação Cultural de Curitiba

Marcos Cordioli

Diretor de Patrimônio Cultural

Mauro Tietz

Equipe Técnica

Elton Barz

Margarida Cristina de Quadros

Priscila Camargo Jacewicz

Stephanie Louise Back

Direção de Arte

Clarice Iwashita

Projeto Gráfico

Jorge Paulo Lamur

Colaboração de Projeto Gráfico

Aparecido C. de Oliveira

Carla Tavares

Revisão de texto

Carla Anéte Berwig

Coord. NEAB / UFPR

Paulo Vinícius Baptista da Silva

Colaboradores

William Barbosa

Otávio Zucon

Kátia Cristina Dias da Costa

Eduardo José de Araújo

Presidenta da República do Brasil

Dilma Rousseff

Ministra da Cultura

Marta Suplicy

Presidenta do Iphan

Jurema de Sousa Machado

Diretora de Patrimônio Imaterial

Célia Maria Corsino

Diretor de Articulação e Fomento

Luiz Philippe Peres Torelly

Superintendente do Iphan no Paraná

José La Pastina Filho

Equipe Técnica do Iphan

Juliano Martins Doberstein

Lia Mity Ono

Consultoras

Alessandra Rodrigues Lima

Janaína Moscal

Assessoria

Cassius Marcelus Cruz

Capa

Retratos de uma negra

(Pernambuco, 1870)

Origem: Coleção Ruy Souza e Silva

in ERMAKOFF, George.

O negro na fotografia brasileira
do Século XIX.

Rio de Janeiro: George Ermakoff

Casa Editorial, 2004. p. 192.

ISBN 85-98815-01-2

Autor: Alberto Henschel (1827–1882)

Fundação Cultural de Curitiba
Rua Engenheiro Rebouças, 1732 - Rebouças
Cep 80230-040 - Curitiba - PR
www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br

Superintendência do IPHAN no Paraná
Rua José de Alencar, 1808 - Juvevê
Cep 80040-070 - Curitiba - PR
www.iphan.gov.br



CURITIBA



Ministério da
Cultura

